


026070/2014

 INMETRO	RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA - RAI
---	---

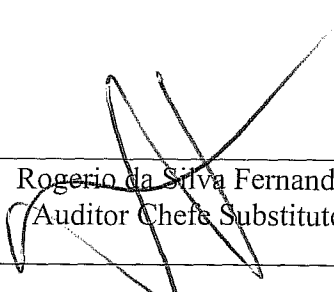
PROCESSO AUDIN	PERÍODO DA AUDITORIA	PERÍODO NO ORGÃO	DATA	FOLHA
PA-200-001/2014-O	06/1 a 12/3/2014	10 a 21/2/2014		1/21

ÓRGÃO AUDITADO
Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem/MG

EQUIPE AUDITORA	
NOME	UNIDADE
Rogério da Silva Fernandes	Audin
Márcia Estela Almeida	Dimel
Vanderlei Oliveira dos Santos	Dconf

DETERMINAÇÃO DA AUDITORIA
<ul style="list-style-type: none"> Ordem de Serviço n.º 002/Audin, de 21 de janeiro de 2014.

RECOMENDAÇÃO AO AUDITADO
<input checked="" type="checkbox"/> SIM – PARA PROVIDÊNCIAS E/OU JUSTIFICATIVAS – 30 DIAS A PARTIR DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO <input type="checkbox"/> NÃO

DE ACORDO/ENCAMINHAMENTO
<p>Senhor Presidente,</p> <p>Apresentamos, a Vossa Senhoria, o relatório referenciado, e sugerimos o encaminhamento do mesmo aos Órgãos externos e Unidades Principais do Inmetro a seguir relacionados:</p> <ul style="list-style-type: none"> Controladoria-Geral da União no Estado do Rio de Janeiro – CGU/RJ; Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado de Minas Gerais – SECTES; Ipem/MG; Gabin; Profe; Dimel; Dconf; Cgcre; Diraf; Ouvid; Dplan; e Cored. <div style="text-align: center;">  Rogério da Silva Fernandes Auditor Chefe Substituto </div>

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 2/21

Senhor Auditor Chefe Substituto,

Apresentamos a Vossa Senhoria o resultado da auditoria ordinária realizada no Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem/MG, determinada pela Ordem de Serviço n.º 002/Audin, de 21 de janeiro de 2014.

I - INTRODUÇÃO

O Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais - Ipem/MG foi criado pela Lei Estadual n.º 4.657, de 27 de novembro de 1967, sob a forma de autarquia, com personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e teve sua estrutura reorganizada pela Lei Estadual n.º 11.173, de 3 de agosto de 1993, considerando as disposições da Lei Delegada n.º 84, de 29 de janeiro de 2003, e seu regulamento aprovado pelo Decreto n.º 35.687, de 1º de julho de 1994, alterado pelo Decreto n.º 43.426, de 10 de julho de 2003.

O Órgão Delegado executa as atividades de competência do Inmetro nas áreas de Metrologia Legal e Avaliação da Conformidade de Objetos Regulamentados e Serviços, mediante delegação por meio do Convênio n.º 02/2010, assinado em 1º de janeiro de 2010, entre o Inmetro e o Ipem/MG, no qual se qualifica, como interveniente, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTES, tendo como Secretário de Estado o Senhor Alberto Duque Portugal.

A presente Ação de Auditoria foi concebida, inicialmente no PAINT/2014, no período de 06/1/2014 a 12/3/2014, sendo desenvolvidos os trabalhos em campo na sede do órgão delegado, entre 10/2/2014 e 21/2/2014, pela Audin e pelas áreas Técnicas. Salientamos que a Área da Avaliação da Conformidade desenvolveu também trabalho nas Regionais do Órgão Delegado, em Belo Horizonte e Juiz de Fora. O objetivo da ação foi avaliar os atos e os fatos ocorridos no Ipem/MG, entre julho/2012 e novembro/2013, assim como nos certificarmos da adequada execução das atividades de Metrologia Legal e Avaliação da Conformidade de Objetos Regulamentados e Serviços no Estado de Minas Gerais.

II - DOS EXAMES REALIZADOS

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria geralmente praticadas no Serviço Público, sem qualquer restrição imposta por parte do Ipem/MG quanto ao método ou extensão dos nossos trabalhos, que foram desenvolvidos na Sede do Órgão, situada à Rua Cristiano França Guimarães, n.º 80 - Bairro Cinco - CEP: 32.010-130 - Contagem/MG, e nas Regionais de Belo Horizonte e Juiz de Fora, situadas à Rua Jacuí, 3921 – CEP 31.160-190 - Belo Horizonte/MG e Rua Antonio Soares da Costa, n.º 151 – Bandeirantes – CEP: 36.070-580 – Juiz de Fora/MG, respectivamente. O órgão delegado está sob a direção do Diretor-Geral, Senhor Ivan Alves Soares, designado por Ato do Governador do Estado de Minas Gerais, publicado no DOE de 7/7/2011. A Ordenação de Despesas do Convênio n.º 02/2010 foi delegada mediante as Portarias do Inmetro números: 324, 325 e 326, de 4/8/2011, publicadas no DOU de 5/8/2011.

A classificação da auditoria realizada no Ipem/MG, conforme a Instrução Normativa MF/SFC n.º 1, de 6 de abril de 2001, foi a de Auditoria de Avaliação de Gestão.

O objetivo desse tipo de auditoria é o exame das peças que instruem os processos de tomada ou prestação de contas; exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos; verificação da eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil; verificação do cumprimento da legislação pertinente; e avaliação dos resultados operacionais e da execução dos programas de governo quanto à economicidade, eficiência e eficácia dos mesmos.

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 3/21

Cabe registrar que o Ipem/MG apresentou tempestivamente as respostas em atendimento aos questionamentos efetuados pela equipe auditora, por intermédio da Solicitação de Auditoria – SA n.º 1, de 28/1/2014.

1 - ÁREA FINANCEIRA, CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA

1.1. Demonstrativos Percentuais / Pendência de Exercícios Anteriores

No que tange aos demonstrativos percentuais dos exames realizados, bem como a existência de pendências das auditorias anteriores, observamos o seguinte:

a) Demonstrativo percentual dos exames realizados:

1.1.1. No comparativo do total de recursos transferidos ao Ipem/MG pelo Inmetro a título de convênio, e financeiro executado, no período auditado, evidenciamos os seguintes percentuais:

Período auditado	Total transferido no período (em R\$)*	Total executado no período (R\$) *	Percentual (%)
julho/2012 a novembro/2013	58.774.407,78	112.515.909,42	191,44

Período auditado	Total executado no período (em R\$)	Total analisado no período (R\$) **	Percentual (%)
julho/2012 a novembro/2013	112.515.909,42	1.543.366,95	1,37

*Fonte: Sistema de Gestão Integrada – SGI

**Fonte: Núcleo de Controle e Acompanhamento da Receita - Nucar

Na seleção dos itens componentes dos trabalhos realizados, utilizamos amostragem de forma aleatória, não probabilística, sendo que na área de gestão orçamentária e financeira a seleção dos processos de despesa se deu pela análise da resposta à Solicitação da Auditoria - SA previamente encaminhada ao Ipem/MG, que apresentou um demonstrativo contemplando os processos abertos em 2012 e 2013 (até o mês de novembro), bem como os de natureza contínua, sendo incluídos por esta equipe os processos de diárias e os de suprimento de fundos concedidos no período de julho/2012 a novembro/2013, realizados na Sede, bem como em suas Regionais, conforme demonstrativo a seguir:

Tipo de Despesa	Processos existentes no Ipem/MG		Processos Analisados		Percentual Analisado (%)	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)	Em relação à quantidade	Em relação ao valor
Concorrência	0	0,00	-	-	-	-
Tomada de Preços	1	452.174,81	-	-	-	-
Convite	1	76.076,06	-	-	-	-
Pregão Eletrônico	54	5.152.202,41	1	1.059.760,00	1,85	20,57
Pregão presencial	0	0,00	-	-	-	-
Registro de Preço	34	6.955.666,66	02	159.750,35	-	-
Dispensa de Licitação	51	8.699.968,00	2	88.429,01	3,92	1,02

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 4/21

Inexigibilidade	5	17.634,75	-	-	-	-
Emergencial	-	-	-	-	-	-
Indenização	-	-	07	211.686,00	-	-
Adiantamento	-	489.711,46	05	5.494,42	-	1,12
Diárias*	-	4.452.996,49	13	9.939,55	-	0,22
Não se Aplica	-	-	1	2.450,00	-	-
Total Geral	-	26.296.430,64	-	1.537.509,33	-	5,85

Obs.: *As diárias correspondem ao quantitativo de pedido de concessão de diárias, todavia não foi informado.

b) Pendência de Exercícios Anteriores (PA-200-018/2011-O):

Com relação às recomendações desta Audin ainda pendentes que constaram no Relatório de Auditoria, Processo Audin PA-200-018/2011-O, e Pareceres n.º 084/Audin, de 6/9/2013, item 1.1.1.1, e 104/Audin, de 22/9/2013 – item 1.5.3.1.2, o Ipem/MG manifestou-se em resposta à Solicitação da Auditoria – SA, do presente processo, datada de 28 de janeiro de 2014, conforme a seguir:

Manifestação do Auditado:

-Resposta ao Parecer n.º 084/Audin, de 06/09/13 – item 1.1.1.1:

Segue anexo, publicação de EXTRATO DE PORTARIA de Instauração de Tomada de Contas Especial, conforme recomendação da Auditoria Inmetro.

- Resposta ao Parecer n.º 104/Audin, de 22/09/13 – item 1.5.3.1.2.:

O modelo de aquisição de combustível no Estado de Minas Gerais difere-se dos demais entes federados.

O Estado de Minas Gerais realizou Registro de Preços para fornecimento de combustível para todo Estado, sagrando-se vencedora a distribuidora IPIRANGA/S/A, sendo celebrado o contrato n.º 012/2013.

O contrato trabalha com um fornecimento mínimo de 5.000 (cinco mil) litros de combustíveis, com o pagamento na entrega do produto nos postos dos Batalhões da PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais. Assim, vamos utilizando o combustível e deduzindo o saldo em litros, no SIAD - Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços do Estado de Minas Gerais. A medida que o saldo diminui fazemos nova aquisição de combustível e assim sucessivamente.

Em razão dessa cobrança em Auditorias anteriores, abrimos um CSS 2013359125 junto ao INMETRO/TI SURRS para providenciar adequação do SGI, possibilitando essa implementação para que seja possível efetuarmos o consumo de combustível por veículo.

O INMETRO gerou uma OS 143 para resolver o problema propiciando correta avaliação de custo benefício e consumo de combustível. (Anexo comprovante das respectivas solicitações).

No que pese a falta de implementação no módulo de Contratos - SGI que permita esse controle, o RP junto a distribuidora IPIRANGA reduz substancialmente os valores pagos pelo IPÊM-MG com combustíveis. Atualmente os valores pagos pelo IPÊM-MG são:

- Óleo Diesel: R\$ 1,9020 – por litro*
- Gasolina: R\$ 1,9272 – por litro*
- Alcool: R\$ 1,6820 – por litro*

A Jor

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 5/21

Não há como emitir requisições de abastecimento individuais para cada veículo no SGI e conseqüentemente, não há como associar esses dados ao Anexo II da referida Instrução Normativa, ficando assim, impossível uma avaliação do consumo de combustível até que seja implementada a OS informada.

Comentários:

- 1.1.2 Quanto ao Parecer nº 084/Audin, de 6/9/13 – item 1.1.1.1, o Ipem/MG apresentou o Ofício/IPEM-MG/DIGE/Nº 095/2013, de 24/9/2013, que encaminhou Parecer Audin 084/2013, referente ao Processo Audin - PA-200-18-2011-O, aos cuidados do Sr. Tadeu José de Mendonça registrado no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH sob o número 01410708.

Não foi apresentada nenhuma documentação de resposta do Sr. Tadeu José de Mendonça. Nesse contexto foi encaminhado e-mail aos cuidados do Auditor, Sr. Luigi, em 13/2/2014, com os seguintes questionamentos e considerações:

a) O Ofício/IPEM-MG/DIGE/Nº 095/2013, de 24/09/2013 foi encaminhado aos cuidados do Sr. Tadeu José de Mendonça, juntamente com o Parecer nº 084/Audin, de 6/9/2013. O Sr. Tadeu se manifestou quanto ao Parecer encaminhado?

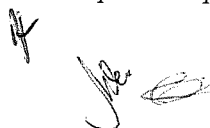
b) O Ipem/MG apresentou ainda o extrato da Portaria Ipem/MG nº 074/2013, de 25/11/2013 de Instauração de Tomada de Contas Especial e informou que tal ato foi recomendação da Auditoria do Inmetro. Ressaltamos que, em nenhum dos Pareceres consta tal informação, mas tão-somente o pedido de devolução do valor aplicado em desacordo com as atividades delegadas do Convênio.

Considerando o firmado entre o Inmetro e o Ipem/MG em sua cláusula segunda, **do papel do Inmetro**, item 2.4.1, que diz:

Realizar sindicâncias e/ou auditorias extraordinárias para apurar quaisquer indícios de irregularidades e autoria na execução das atividades delegadas, as quais, quando comprovadas, ensejarão a realização de Tomada de Contas Especiais para apuração de responsabilidades, encaminhando suas conclusões às autoridades administrativas do Estado conveniado e aos Órgãos de Controle.

Considerando o Convênio n.º 02/2010 firmado entre o Inmetro e o Ipem/MG, em sua cláusula terceira, das **obrigações do órgão executor**, item 3.15 que diz:

Afastar das atividades e do rol das despesas garantidas por este convênio, os servidores que comprovadamente, no exercício das atividades delegadas, cometam desvios que comprometam a qualidade, a transparência e a correção dos trabalhos, assim como instaurar sindicância para apuração de responsabilidade e ressarcimento, conforme o caso.



RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 6/21

Há que se esclarecer que o Convênio n.º 02/2010 contém cláusulas que delimitam a atuação da concedente e do conveniente e, no instrumento do Convênio supracitado, a instauração de Tomada de Contas Especial é de competência do Inmetro. Já a instauração de sindicâncias é de responsabilidade do órgão delegado.

De acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA - TCU Nº 71, de 28 de novembro de 2012, em seu art. 6º, conforme transcrito abaixo, existe um valor estipulado para a instauração de Tomada de Contas Especial:

Da Dispensa

Art. 6º Salvo determinação em contrário do Tribunal de Contas da União, fica dispensada a instauração da tomada de contas especial, nas seguintes hipóteses: I - valor do débito atualizado monetariamente for inferior a R\$ 75.000,00; II - houver transcorrido prazo superior a dez anos entre a data provável de ocorrência do dano e a primeira notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa competente;

O Ipem/MG apresentou a Portaria IPem/MG nº 019, de 14/2/2014 cancelando a Portaria IPem/MG nº 074/2013, publicada em 26/11/2013 para a realização de Tomada de Contas Especial.

Sendo assim, informamos que o assunto do Parecer nº 084/Audin, de 6/9/13 – item 1.1.1.1, será tratado no âmbito do Inmetro.

- Quanto à resposta ofertada ao Parecer nº 104/Audin, de 22/09/13 – item 1.5.3.1.2, será tratada no item 1.3, Avaliação do Custo x Benefício das Viaturas, do presente Relatório.

1.2. Força de Trabalho

Manifestação do Auditado:

O Ipem/MG apresentou quadros em atendimento ao item 1.15 da Solicitação de Auditoria.

Comentário:

- 1.2.1. Iniciando nossas análises na área de pessoal, verificamos, conforme informações apresentadas pelo Ipem/MG, que o órgão conveniado conta com 475 (quatrocentos e setenta e cinco) funcionários em sua força de trabalho, assim distribuídos:



RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 7/21

<i>Extrato - Servidores / MGS / Estagiário</i>	
<i>Total Geral Ativos em 28/02/2014 (Quadro I)</i>	<i>475</i>
<i>Total ativos em 28/02/2014 (Quadro I - exceto Espírito Santo 27 servidores)</i>	<i>451</i>

Dentre os 475 funcionários efetivos em seu quadro funcional, 27 destes estavam lotados no Ipem/ES, devido a um convênio firmado entre as partes, o qual legalizava tais seções. Porém, devido a uma decisão judicial, este convênio foi extinto e foi solicitado o retorno dos servidores lotados no Ipem/ES para o seu Estado de origem (Ipem/MG), até o dia 10 de fevereiro de 2014, através do OFÍCIO/IPEM-MG/DIGE/Nº004/2014, de 8 de janeiro de 2014. Dentre estes, 4 solicitaram aposentadoria, 18 solicitaram gozar licença prêmio e férias e outros 5 já se apresentaram ao Ipem/MG.

1.3. Setor de Transportes

1.3.1. Avaliação do Custo x Benefício das Viaturas

Manifestação do Auditado:


Foram relacionados os veículos oficiais que são considerados inservíveis e/ou antieconômicos e preenchidos os devidos termos de vistoria. Os veículos oficiais do IPEM-MG são antigos e precisam ser substituídos. Ocorre que a aquisição de veículos depende de cotas orçamentárias e autorizações do Estado. Estamos providenciando a gradativa substituição dos veículos e pretendemos ter a frota renovada até o final de 2014. Foram adquiridos em dezembro de 2013 duas caminhonetes S10, dois Chevrolet Spins e um caminhão de 8 toneladas para atendimento do setor de Pre-Medidos. Tramita ainda no IPEM, com previsão de término em abril/14, novo processo de locação de veículos que substituíram as antigas viaturas, que serão leiloadas até final deste exercício.

Comentários:

- 1.3.1.1. De acordo com as informações apresentadas, verificamos que o Ipem/MG relacionou as viaturas oficiais tidas como inservíveis e/ou antieconômicas, bem como o Termo de Vistoria de cada uma.

Entretanto, não constatamos o estudo de cada viatura oficial a fim de demonstrar o custo x benefício, visando apresentar se as mesmas são inservíveis, antieconômicas, irre recuperáveis ou podem permanecer em uso.

Recomendação:

- 1.3.1.1.1. Que o Ipem/MG apresente à Auditoria Interna do Inmetro a avaliação do custo x benefício de cada viatura oficial a sua disposição, objetivando ratificar a classificação estabelecida a cada uma. 

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 8/21

1.3.2 Avaliação do Cadastro das Viaturas

Manifestação do Auditado:

O Ipem/MG apresentou as fichas de cadastro em atendimento ao item 1.11 da Solicitação de Auditoria.

Comentário:

- 1.3.2.1. Conforme verificação realizada na ficha de cadastro das viaturas (locadas e oficiais) à disposição do Ipem/MG constatou-se que, a classificação das mesmas no campo “grupo”, do Anexo III, da Instrução Normativa n.º 03, de 15 de maio de 2008, encontra-se irregular, tendo sido todas classificadas como “Veículos de Serviços Comuns”.

Recomendação:

- 1.3.2.1.1. Que o Ipem/MG providencie a classificação das viaturas no campo “grupo”, nos moldes da Instrução Normativa n.º 03, de 15 de maio de 2008, do Anexo III, cujo comprovante deverá ser remetido a esta Auditoria Interna do Inmetro para os devidos fins de acompanhamento de ação.

1.3.3 Avaliação de Sinistros

Manifestação do Auditado:

Em 13/08/2013 foi registrado boletim de ocorrência, referente a acidente de trânsito sem vítima com o veículo de representação FIAT LINEA, placa GMF-6408, conduzido pelo Sr. Adenildo Duarte da Silva. O veículo chocou-se com um caminhão Iveco/Daily45s14, placa KVB-7472, e teve a lateral esquerda frontal arranhada e o retrovisor esquerdo quebrado. Houve divergência entre os motoristas e os mesmos não entraram em acordo.

O veículo GMF-6408 foi reparado na empresa SILKAR (empresa que prestava serviço de manutenção para o IPÊM/MG) com o valor final de R\$ 1.030,00 (Mil e Trinta Reais).

Era entendimento do Presidente Sindicante, que não caberia abertura de Sindicância, conforme Memo Ipem-MG/Comissão de Processos/nº001/13, todavia, por recomendação da Auditoria Inmetro, será providenciado a abertura de sindicância para apurar os danos.

Na data de 04/12/13 a Procuradoria encaminhou Notificação Extrajudicial junto a empresa Valendent Industria e Comercio Ltda requerendo o ressarcimento por danos a veículo oficial. Como a empresa não se pronunciou, o Gabinete providenciará abertura de sindicância administrativa para apurar responsabilidades.



RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 9/21

Comentários:

- 1.3.3.1. Por intermédio do MEMO/IPEM-MG/DPGF/N.º 008/2013, de 3 de setembro de 2013, a Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças sugere a abertura de sindicância para apurar as responsabilidades e ressarcimento dos valores gastos na manutenção da viatura envolvida no incidente.

Contudo, não constatamos a abertura de Sindicância visando à apuração dos fatos ocorridos, em cumprimento ao que determina o capítulo “DA RESPONSABILIDADE E INDENIZAÇÃO”, item 10 da Instrução Normativa SEDAP n.º 205/1988.

Recomendação:

- 1.3.3.1.1. **Que o Ipem/MG providencie a instauração de processo de Sindicância visando à apuração do sinistro ocorrido com a viatura oficial do Inmetro à disposição do Instituto, cujo comprovante deverá ser remetido a esta Auditoria Interna para os devidos fins de acompanhamento das ações.**

- 1.3.3.2 Segundo a Solicitação de Auditoria, item 1.7, solicitamos informações quanto à situação da Ação Judicial de n.º 0079.13.021.481-4, referente aos veículos de placas HAR-5140 e GMF-4605, sinistrados em 29/6/2013.

Manifestação do Auditado:

A Ação Judicial foi arquivada, visto que a Empresa solicitou acordo judicial para fins de indenização dos danos causados. Anexo, comprovantes das restituições realizadas.

Comentários:

- 1.3.3.2.1. O Ipem/MG apresentou o Memo/IPEM-MG/PROC/Nº 005/2014, de 29/1/2014 informando a situação da Ação Judicial de n.º 0079.13.021.481-4, do veículo GMF-4587, sinistrado em 17/4/2013, esclarecendo que o Ipem/MG moveu ação em desfavor de Embratex e Silkar em decorrência de danos causados a dois de seus veículos, de placas HAR-5140 e GMF-4605, totalmente danificados em incêndio ocorrido em oficina credenciada durante visita para manutenção, e o processo encontra-se aguardando a extinção por força de acordo firmado e cumprido nos autos.

Evidenciou-se nos autos do processo a cópia do extrato do Banco do Brasil, agência: 1633-0, c/c: 75002-6, ratificando o acordo firmado por meio do crédito realizado em 4/12/2013 no valor de R\$ 13.784,00, bem como o Termo de entrega, onde a Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de convênios Hom Ltda – Embratex, representada pela Silkar – Lanternagem e Pintura Ltda., declarando sob as penas da lei que recebeu as carcaças de dois veículos sucateados, devidamente baixados junto ao órgão fiscalizador de trânsito, DETRAN MG, datado de 6/12/2013.



RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 10/21

Neste sentido, verificou-se junto ao Serviço de Patrimônio do Inmetro se os veículos de placa GMF-4605 e HAR-5140 estavam baixados da carga patrimonial do Ipem/MG solicitando por e-mail, datado de 14/2/2014, os Termos de Baixa, cuja resposta na mesma data foi: *Informamos que não houve solicitação de inclusão no leilão do Inmetro ou de baixa, até o momento, para os veículos HAR-5140 e GMF-4605 do IPEM/MG.*

- 1.3.3.3** Conforme a Solicitação de Auditoria, item 1.8, solicitamos ao Ipem/MG informar a situação do veículo de placa GMF-4587, sinistrado em 17/4/2013, cujo ressarcimento está sendo pleiteado pela Procuradoria Jurídica do Ipem/MG.

Manifestação do Auditado:

A Procuradoria do IPEM-MG encaminhou Notificação Extrajudicial a empresa PREVTRUCK solicitando o ressarcimento dos valores e na falta de resposta a Procuradoria está providenciando Ação de Cobrança, nos moldes do item anterior.

Comentários:

- 1.3.3.3.1. O Ipem/MG apresentou o Memo/IPEM-MG/PROC/Nº 005/2014, de 29/1/2014, sobre a situação do veículo GMF-4587, sinistrado em 17/4/2013, informando que notificou a empresa proprietária do veículo causador do dano, que não manifestou interesse em resolver a questão administrativamente, obrigando o órgão delegado a formular cobrança judicial para o devido ressarcimento.

Solicitamos ao órgão delegado que apresentasse a documentação relativa à Ação de Cobrança, conforme e-mail de 14/2/2014, sendo-nos apresentado o Instrumento de Ação de Cobrança datado de 12/2/2014.

Registramos ainda que não evidenciamos a abertura de processos instaurando sindicância para os veículos de placas HAR-5140, GMF-4605 e GMF-4587, em cumprimento ao que determina o capítulo “DA RESPONSABILIDADE E INDENIZAÇÃO”, item 10, da Instrução Normativa SEDAP n.º 205/1988.

Recomendações:

- 1.3.3.3.1.1. **Que o Ipem/MG providencie a instauração de processo de Sindicância visando à apuração do sinistro ocorrido com as viaturas oficiais do Inmetro de placas HAR-5140, GMF-4605 e GMF-4587 à disposição do órgão delegado, cujo comprovante deverá ser remetido a esta Auditoria Interna.**
- 1.3.3.3.1.2. **Que o Ipem/MG interaja junto ao Serviço de Patrimônio do Inmetro para a devida baixa patrimonial dos veículos oficiais de placas GMF-4605 e HAR-5140, à disposição do órgão delegado, cujos documentos comprobatórios da ação deverão ser remetidos a esta Auditoria Interna.**

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 11/21

1.3.3.3.1.3. Que o Ipem/MG remeta a esta Auditoria Interna documentos comprobatórios sobre o resultado final da Ação de Cobrança à empresa PREVTRUCK.

1.4. Almoxarifado e Patrimônio

1.4.1 Estrutura do depósito de materiais

Comentário:

1.4.1.1. Identificamos que no galpão destinado à guarda de produtos inservíveis e de parte de materiais de consumo, alguns basculantes encontrava-se com vidros quebrados, contrariando o que preconiza a Instrução Normativa nº 205, de 08 de abril de 1988, item 4.1, letra a - "DA ARMAZENAGEM".

Recomendação:

1.4.1.1.1. Recomendamos ao Ipem/MG que providencie junto ao proprietário do imóvel a troca dos vidros quebrados, a fim de evitar dano aos materiais ora armazenados no referido galpão.

1.4.2. Situação dos Imóveis à disposição do Ipem/MG:

RIP DO IMÓVEL - SPIUNET	LOCAL	MUNICÍPIO	ESCRITURA	Finalidade
5413.00014.500-3	Av. Antonio de Pádua Amancio, 185	Varginha	Escritura de doação efetuada pelo município de Varginha em 25/9/2013	Construção de posto de aferição de caminhões tanque
4069.00011.500-1	Av. Batalhão Mauá, s/n	Araguari	Escritura de doação efetuada pelo Município de Araguari em 11/3/1988	Construção para a sede regional do Ipem-MG, pelo prazo de 2 anos
4371.00008.500-6	Rua Cristiano França Teixeira Guimarães, 80	Contagem	Escritura de Compra e Venda adquirida do Centro Industrial de Contagem-Cinco, em 8/5/1974	Instalações de laboratórios metrológicos, posto de aferição, caminhão tanque e de carga sólida, instalação de balanças industriais e laboratoriais
4553.00096.500-0	Av. José Otávio Fonseca, 169	Governador Valadares	Escritura de Compra e Venda adquirida de José Adelar Pereira, em 17/1/1984	Regional de Governador Valadares
4733.00063.500-9	Av. Dr. Milton Ladeira, s/n	Juiz de Fora	Escritura de permuta	Destinado à construção da Delegacia Regional.

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 12/21

1.5. Processos de Despesas

Manifestação do Auditado:

Foram disponibilizados os processos de despesas, selecionados por amostragem, em atendimento ao item 1.21 da Solicitação de Auditoria.

- 1.5.1 Processo n.º 201124058 - SGI
Interessado: Gerência de Logística e Material
Favorecido: Locadora de Veículos Santa Cruz Ltda.
CNPJ n.º 03.000.720/0001-45
Objeto: Locação de 4 veículos de carga, tipo caminhão.
Forma de Contratação: Pregão Eletrônico SRP
Contrato n.º 054/2011
Valor do Contrato R\$ 1.872.000,00
Valor Auditado R\$ 1.059.760,00

Comentários:

- 1.5.1.1. Após análise no presente processo, não constatamos apensado ao mesmo a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em conformidade ao que determina o inciso V do art.29 da Lei n.º 8.666/1993.

O Ipem/MG segue as determinações do Estado de Minas Gerais, dentre elas a de realizar compras dentro do sistema de compras do Governo. Nele são verificadas as Certidões, sendo que para este fornecedor em questão, não aparece no sistema a Certidão de Débitos Trabalhista.

Recomendação:

- 1.5.1.1.1. **Que o Ipem/MG, quando não identificar as certidões negativas no Sistema do Estado, interaja junto ao fornecedor, para que o mesmo tome as providências cabíveis para a atualização das informações no referido Sistema e/ou solicite-as, para apensá-las ao processo, visando comprovar a regularidade do fornecedor.**

- 1.5.2 Processo n.º 201112653 - SGI
Interessado: Servidora Adriana Caetano Sena da Costa
Favorecido: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac/MG
CNPJ n.º 03.447.242/0018-64
Objeto: Despesa com Curso de Pós-Graduação: Especialização em Educação à Distância
Forma de Contratação: Não informado/classificado
Contrato n.º : -
Valor do Contrato: R\$ 1.800,00
Valor Auditado R\$ 1.800,00



RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 13/21

Comentários:

- 1.5.2.1. Diante da análise do presente processo, constatamos a ausência da forma de contratação pelo setor de compras, ou seja, se é uma dispensa de licitação, inexigibilidade, etc.

A presente despesa deixou de apresentar não só a forma de contratação, que por sua vez, quando classificada, traria seu regramento de elementos indispensáveis na sua formalização.

Outro fato é a ausência do Parecer Jurídico no processo, analisando o aspecto legal da despesa, contrariando o inciso VI, do art. 38, da Lei n.º 8.666/1993.

Recomendação:

- 1.5.2.1.1. **Que o Ipem/MG apresente esclarecimentos acerca da ausência da forma de contratação, bem como da análise do aspecto legal da despesa pela Assessoria Jurídica.**

- 1.5.3 Processo n.º: 4788/-6/2009 – Volume 2
Interessado: Gerência de Logística e Manutenção
Favorecido: Magalhães Empreendimentos Imobiliários Ltda – ME
CNPJ: 00.736.088/0001-04
Objeto: Locação do imóvel para guarda de material permanente e de consumo do Ipem/MG.
Forma de Contratação: Dispensa art. 24, inciso X, Lei nº 8.666/1993.
Contrato n.º: 031/2009
Valor do Contrato: R\$ 24.000,00
Termos Aditivos: 1º TA: R\$ 25.161,84, 2º TA: R\$ 26.850,84, 3º TA: R\$ 36.000,00 e 4º TA: R\$ 38.140,38
Valor auditado: R\$ 47.840,15

Comentários:

- 1.5.3.1. Em análise ao processo em tela, evidenciou-se o descumprimento da Cláusula Quinta, que diz:

Cláusula Quinta – Do Preço, Forma de Pagamento e Reajuste

(...)

DO PAGAMENTO

O pagamento obedecerá aos seguintes critérios:

IV - O índice de reajuste do Contrato será fixado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme resolução nº 072/06 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – SEPLAG.

Sendo assim, salientamos a Cláusula Segunda que diz:

Cláusula Segunda – Das Obrigações das Partes

São obrigações das partes;



RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO.AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 14/21

I. DO LOCATÁRIO

a) Pagamento das taxas de água, luz e telefone;

(...)

II. Da LOCADORA

c) O pagamento do IPTU, da Taxa de Incêndio e do seguro do imóvel.

Nesse contexto, identificamos às fls. 281 do processo e-mail encaminhado pelo IpeM/MG, datado de 5/7/2012, à empresa solicitando a manifestação da mesma quanto à prorrogação do contrato. Nesta mesma data, a empresa respondeu o e-mail informando que em razão do aumento dos custos sobre a responsabilidade do locador, como IPTU, com valor de aproximadamente R\$ 300,00 mensais, e do seguro contra incêndio, de aproximadamente R\$ 200,00, manifestava interesse em prorrogar o contrato por mais 12 meses, no **valor de R\$ 3.000,00.** (grifo nosso).

No dia 11/7/2012 o órgão delegado informa por e-mail à empresa Magalhães Empreendimentos Imobiliários Ltda ME que não poderia prorrogar a vigência do contrato pelo valor solicitado, tendo em vista a redação da Cláusula Quinta do Contrato nº 031/2009, solicitando nova manifestação da empresa, visto o término do 2º Termo Aditivo estar próximo.

Às fls. 293 a 300 encontra-se o Parecer PROC Nº 77/2012, de 3/7/2012, sendo favorável à prorrogação pelo valor solicitado de R\$ 3.000,00, com base nas alegações da empresa Magalhães Empreendimentos Imobiliários Ltda. ME por serem razoáveis.

Verificou-se no Terceiro Termo Aditivo que além do reajuste do valor do contrato descumprir a Cláusula Quinta, ainda ultrapassou o percentual de acréscimo permitido, visto que o valor global do contrato de R\$ 36.000,00, em comparação ao valor global de R\$ 26.850,84, relativo ao Segundo Termo Aditivo, acarretou aumento percentual de 34,07%. E ao compararmos o valor global inicial do contrato de R\$ 24.000,00 em relação ao valor global do Terceiro Termo Aditivo de R\$ 36.000,00, temos um aumento percentual de 50%, conforme demonstrativo abaixo:

Contrato 031/2009	Valor global (R\$)	Valor mensal (R\$)	Aumento percentual em relação ao termo aditivo anterior (%)	Aumento percentual em relação ao valor inicial do contrato (%)
Valor inicial do contrato:	24.000,00	2.000,00	-	-
1º Termo Aditivo – vigência: 10/8/2010 à 9/8/2011	25.161,84	2.096,82	4,84	4,84
2º Termo Aditivo – vigência: 10/8/2011 à 9/8/2012	26.850,84	2.237,57	6,71	11,88
Valor apresentado com base no IPC-A (IBGE) – fls. 280 do processo.	28.170,72	2.347,56	4,92	17,38
3º Termo Aditivo – vigência: 10/8/2012 à 9/8/2013	36.000,00	3.000,00	34,07	50,00
4º Termo Aditivo – vigência: 10/8/2013 à 9/8/2014	38.140,38	3.200,86	5,95	58,92

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 15/21

Tal fato contraria o parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, visto que foi ultrapassado o percentual permitido de 25%.

Recomendações:

- 1.5.3.1.1. **Que o Ipem/MG atente para os preceitos legais, cumprindo-os para que se obtenha a efetividade da contratação.**
- 1.5.3.1.2. **Que o Ipem/MG defina melhor as obrigações das partes em seus contratos, tornando-os praticáveis com o preço de mercado.**
- 1.5.3.1.3. **Que o Ipem/MG verifique junto à Procuradoria do órgão a forma de sanear as constatações apontadas, quanto ao descumprimento de cláusula contratual, que fere o art. 78, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, e quanto ao descumprimento do percentual permitido em caso de acréscimo no valor inicial do contrato, contrariando o que prevê o parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.**
- 1.5.3.1.4. **Que o Ipem/MG refaça os cálculos de reajuste do valor do aluguel, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em conformidade com a redação da Cláusula Quinta do contrato em tela, desde o Terceiro Termo Aditivo em diante, para que a empresa Magalhães Empreendimentos Imobiliários Ltda. ME efetue a devolução dos valores pagos a maior.**

Constatamos ainda, sobre o processo em tela, que ao longo da execução do contrato outros servidores foram nomeados para a fiscalização do contrato, não sendo identificada a publicação das Portarias de nomeação, mas tão-somente o Termo de Apostilamento, instrumento utilizado no Estado de Minas Gerais. Todavia, ratificamos que para a eficácia do ato seja feita a publicação, em obediência ao Princípio da Publicidade.

Recomendação:

- 1.5.3.1.5. **Que o Ipem/MG publique a Portaria de nomeação de fiscal também quando houver a substituição de fiscal, durante a execução do contrato, em cumprimento ao Princípio da Publicidade, conforme art. 37 da CF/88.**

1.5.4

Processo n.º: 17376/2012

Interessado: GCSM

Favorecido: GERAIS IMOBILIÁRIA LOCAÇÃO E VENDA LTDA-ME

CNPJ: 10.776.130/0001-74

Objeto: Locação emergencial de imóvel para a Regional de Divinópolis.

Forma de Contratação: Dispensa, art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/1993

Contrato n.º: 039/2012

Valor do Contrato: R\$ 30.000,00 (vigência: 27/8/2012 a 26/8/2013, valor mensal: R\$ 2.500,00).

1º Termo Aditivo (vigência: 27/8/2013 a 26/8/2014, valor global: R\$ 31.881,17 – valor mensal: R\$ 2.656,76).

Valor auditado: R\$ 37.970,28 (valor do aluguel) + R\$ 2.618,58 (IPTU e Seguro)



RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 16/21

Comentários:

- 1.5.4.1. Em análise ao processo em tela evidenciou-se que a primeira cobrança referente ao aluguel foi do período de 27/8/2012 a 26/9/2012. Entretanto, o contrato assinado em 27/8/2012 só foi publicado em 30/8/2012, ou seja, houve a cobrança sem a devida cobertura contratual, visto que a publicação é condição para a eficácia do ato, além de contrariar o Parágrafo único do art. 60 da Lei nº 8.666/1993.

Verificou-se ainda que as notas de cobranças foram atestadas antes do fato gerador, contrariando o Princípio da Oportunidade, ou seja, deve-se produzir informações íntegras e tempestivas, além de estar relacionado ao estágio da despesa, chamado liquidação, cuja finalidade é apurar se o objeto do gasto foi realizado na forma contratual.

Boleto e Demonstrativo do período do aluguel	Vencimento	Atesto
27/09/2012 a 26/10/2012 - NF 3379	10/11/2012	27/9/2012
27/10/2012 a 26/11/2012 - NF 3380	10/12/2012	27/9/2012
27/11/2012 a 26/12/2012 - NF 3381	10/1/2013	27/9/2012
27/12/2012 a 26/1/2013	10/2/2013	27/9/2012
27/3/2013 a 26/4/2013	10/5/2013	4/4/2013
27/4/2013 a 26/5/2013 - NF 10842-5	10/6/2013	4/4/2013
27/5/2013 a 26/6/2013 - NF 10843-3	10/7/2013	4/4/2013
27/6/2013 a 26/7/2013 - NF 108441	10/8/2013	4/4/2013
27/7/2013 a 26/8/2013	12/9/2013	Sem data de atesto
27/8/2013 a 26/9/2013	10/10/2013	12/9/2013
27/9/2013 a 26/10/2013 - NF 19065-2	10/11/2013	12/9/2013
27/10/2013 a 26/11/2013	10/12/2013	12/9/2013
27/11/2013 a 26/12/2013	10/1/2014	12/9/2013

Recomendação:

- 1.5.4.1.1. O Ipem/MG atente para a Lei nº 8.666/1993, evitando que a execução do contrato se inicie antes da eficácia do ato, bem como ao Princípio da Oportunidade, respeitando o fato gerador das cobranças de aluguel atestando as notas oportunamente.

1.6 Suprimento de Fundos

Manifestação do Auditado:

Os processos de suprimento de fundos selecionados por amostragem foram disponibilizados em atendimento ao item 1.22 da Solicitação de Auditoria.



RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 17/21

Comentários:

1.6.1 Identificamos nos processos de concessão de suprimento de fundos o descumprimento do Decreto nº 93.872, de 23/12/1986, conforme a seguir:

- Processos nºs: 363/2012 e 428/2013 – No ato da devolução do valor não utilizado, a transferência foi efetuada através de conta de terceiros, contrariando o Decreto nº 93.872, de 23/12/1986, seção V, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional.
- Processo nº 428/2013 – Utilização do quantitativo de 14 botijões de gás GLP, no período de 12 meses, para a regional de Belo Horizonte, sem a devida justificativa para o quantitativo utilizado.

Recomendação:

1.6.1.1. Que o Ipem/MG apresente esclarecimentos acerca dos apontamentos efetuados nos processos nºs: 363/2012 e 428/2013.

1.7. Concessão de Diárias


Manifestação do Auditado:

Os processos de diárias selecionados por amostragem foram disponibilizados, em atendimento ao item 1.3 da Solicitação de Auditoria.

Comentários:

1.7.1. O Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem/MG, utiliza como base para pagamento de diárias o Decreto Estadual n.º 45618, de 9 de junho de 2011, o qual prevê valores a serem pagos em seus anexos I e II. O Instituto passou a utilizar o Sistema de Gestão Integrada – SGI, em novembro de 2013.

Ao analisarmos o Pcd de n.º 205-PM/74/2012, identificamos que o servidor proposto está lotado na Regional de Belo Horizonte, porém houve o deslocamento para cidades que são contempladas no plano de fiscalização da Regional de Patos de Minas, justificado por intermédio do MEMO/IPEM-MG/PATOS DE MINAS/ 20/2012, que, conforme reunião nos dias 13 e 14 de dezembro de 2011, o servidor em questão prestaria serviços para a Regional de Patos de Minas devido à carência de pessoal.

O Decreto Estadual diz que a diária é concedida para deslocamento eventual. 

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 18/21

Art. 1º O servidor da Administração Pública direta, autárquica e fundacional e aqueles que, nos termos deste Decreto, se deslocarem de sua sede, **eventualmente** e por motivo de serviço, para participação em eventos ou cursos de capacitação profissional, farão jus à percepção de diária de viagem para fazer face às despesas com alimentação e pousada. (grifo nosso)

Complementarmente solicitamos as diárias de 2012 e 2013 do proposto e identificamos que no período de fevereiro de 2012 a julho de 2013, este estava prestando serviços para a regional de Patos de Minas e recebendo diárias para tal.

Sendo assim, possivelmente os deslocamentos não foram realizados eventualmente, conforme prevê o Decreto Estadual.

Recomendação:

- 1.7.1.1. **Que o Ipem/MG apresente esclarecimentos referentes à necessidade de deslocamento de seus funcionários frequentemente, o que contraria o previsto no art. 1º do Decreto Estadual n.º 45618, de 9 de junho de 2011.**



Carlos Otávio de Almeida Afonso

Chefe em exercício do Serviço de Auditorias Externas
CRA/MA n.º 2655

2 - AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

A auditoria na área da Avaliação da Conformidade foi realizada no período de 11 a 14/2/2014, na regional do Ipem-MG, no município de Juiz de Fora, e no período de 17 a 21/2/2014, na Sede e na Regional de Belo Horizonte, com base nos requisitos da Norma NIG-Dqual-034, rev. 03.

Cabe destacar que os trabalhos foram desenvolvidos na regional de Juiz de Fora pelos servidores Vanderlei Oliveira dos Santos e Ademir Ribeiro e na Sede/Regional Belo Horizonte pelo servidor Ademir Ribeiro e pelo colaborador Jair Camporeze (IPEM/SP), este na função de auditor especialista.

Com base nas evidências constatadas, podemos afirmar que a área de Avaliação da Conformidade do Ipem/MG atende a uma boa parte dos requisitos da Norma. Entretanto, verificamos que existem não conformidades em algumas atividades delegadas.

Comentários:

- 2.1. Evidenciado que o Órgão Delegado não cumpriu a Abrangência Territorial, conforme estabelecido no Guia de Elaboração do Plano Anual de Fiscalização. Dos 56 municípios, classificados pelo órgão delegado como tipo-1, 9 (nove) deles não foram fiscalizados, da mesma forma, dos 255 municípios do tipo-2, 97 (noventa e sete) deixaram de ser fiscalizados.



RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 19/21

- 2.2. Evidenciado que o agente verificador da área de registro não possuía/utilizava os EPI necessário para o acompanhamento dos ensaios de funcionamento/desempenho de extintores de incêndios e para o acompanhamento dos processos de reforma de pneus, durante a realização da verificação de acompanhamento de manutenção.
- 2.3. Evidenciado que o agente verificador, durante a atividade de verificação de acompanhamento de manutenção:

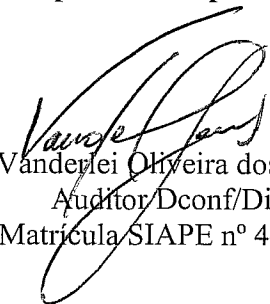
a) Não interrompeu o cronômetro na primeira falha do jato dos extintores de pó BC e ABC e no ponto gás dos extintores de CO2 durante os ensaios de funcionamento realizados pela empresa verificada.

b) Não realizou a verificação da rastreabilidade do pó BC e ABC reutilizado pela empresa verificada.

- 2.4 Evidenciado na Verificação de Acompanhamento Extraordinária que a empresa Recapagem de Pneus Pontenovense Ltda. ME não possuía um sistema de rastreabilidade confiável para os pneus reformados, pelo processo remold, em relação as designações originais do pneu, mesmo após o OD ter realizado todas as verificações de acompanhamento de manutenção previstas pelo regulamento.

Recomendação:

- 2.5. **Que o Ipem/MG envie a esta Audin o Plano de Ações Corretivas referentes a cada não conformidade anteriormente apresentada pela área de Avaliação da Conformidade.**


Vanderlei Oliveira dos Santos
Auditor/Dconf/Divec
Matrícula SIAPE nº 447870

3 - METROLOGIA LEGAL

A auditoria na área da Metrologia Legal, realizada no período de 10 a 21/2/2014, abrangeu os itens contemplados nos requisitos das seguintes normas, critérios de auditoria e documentos de referência para verificar se as operações do Controle Metrológico Legal, instalações, equipamentos, padrões e pessoal atendem aos requisitos da regulamentação metrológica pertinentes a seguir discriminados: Convênio de Cooperação Técnica, Norma Específica de Marcas de Verificação, Interdição e Reparo (NIE-Dimel-014), Norma Específica de Auditoria Técnica do controle metrológico (NIE-Dimel-102) e demais legislações pertinentes à metrologia legal.

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 20/21

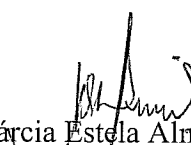
Com base nas evidências verificadas, podemos afirmar que a área da metrologia legal do Ipem/MG atende a uma boa parte dos requisitos da legislação metrológica. Entretanto, verificamos que existem não conformidades em algumas atividades delegadas.

- 3.1. Foi evidenciado que alguns instrumentos (há ainda provetas, paquímetros, micrômetro, pesos e coleção de pesos padrão) estão sendo usados com o prazo de calibração vencido, como, por exemplo, o cronômetro digital TECHNOS usado no laboratório de Mercadorias Pré-Medidas, como mostra o seu certificado de calibração LV 2475/08, o que contraria o item 3.7 do Convênio nº 02/2010, celebrado entre o Inmetro e o Ipem/MG.
- 3.2. Foi evidenciado que não está sendo utilizado pelo Ipem/MG o módulo do SGI de calibração de padrões, em desacordo com o item 3.14 do Convênio nº 02/2013, celebrado entre o Inmetro e o Ipem/MG.
- 3.3. Foi evidenciado no plano de calibração do laboratório de Mercadoria Pré-Medidos, bem como em entrevista com a Gerente deste serviço, que as réguas, trenas, picnômetros e micrômetros estão sendo usados com o prazo de calibração vencido, e na verificação de instrumentos, as medidas de volume de capacidade de 20L e massas para balanças de grande porte encontram-se também com a calibração vencida, em desacordo com o item 3.7 do Convênio nº 02/2013.

Recomendação:

- 3.4. **Que o órgão envie a esta Audin documentos comprobatórios da implementação do Plano de Ações Corretivas referente a cada não conformidade anteriormente apresentada pela área de Metrologia Legal**

Cabe ressaltar que os registros de não conformidades desta auditoria foram entregues em forma física e eletrônica, podendo ser utilizados para iniciar o plano para as ações corretivas encontradas.


Márcia Estela Almeida
Auditor Disme/Dimel
Matrícula SIAPE nº 448546

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA

Norma de origem: Nig-audin-003

PROCESSO AUDIN PA-200-001/2014-O

FOLHA 21/21

4 - CONCLUSÃO

Encerrado o trabalho de auditoria ordinária realizado no Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem/MG, constatamos que o mesmo vem desenvolvendo as atividades de forma regular com ressalva, sendo necessário que o Órgão promova o saneamento das recomendações encontradas neste relatório, separadas por área, conforme segue:

Áreas	Subitens
Administrativa, Financeira e Contábil	1.3.1.1.1, 1.3.2.1.1, 1.3.3.1.1, 1.3.3.3.1.1, 1.3.3.3.1.2, 1.3.3.3.1.3, 1.4.1.1.1, 1.5.1.1.1, 1.5.2.1.1, 1.5.3.1.1, 1.5.3.1.2, 1.5.3.1.3, 1.5.3.1.4, 1.5.3.1.5, 1.5.4.1.1, 1.6.1.1 e 1.7.1.1.
Avaliação da Conformidade	2.5
Metrologia Legal	3.4

Estes são os pontos que julgamos importantes destacar e levar ao conhecimento de V.S^a, permanecendo ao seu inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2014.


Rogerio da Silva Fernandes
Auditor Chefe Substituto